

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Construtores de uma pedagogia “à brasileira”: Felisberto de Carvalho e Francisco Alves, um encontro gerador

Heloisa Villela/UFF

Estudos sobre a cultura brasileira enfatizaram de forma recorrente a “influência” dos modelos exógenos em nossa formação social. Herdeiros do espírito curioso e novidadeiro dos ancestrais indígenas, limitados pela condição de colônia de um país ibérico, concentrados geograficamente num imenso litoral os brasileiros estariam sempre abertos às novidades estrangeiras, resultando daí adaptações aligeiradas de padrões culturais estranhos. No campo da investigação sobre teorias e práticas pedagógicas, por muito tempo, predominou a vertente historiográfica que afirmava a “influência” dos “modelos importados” na definição de reformas, conteúdos e materiais didáticos, resultando dessas transplantações mal adaptadas as mazelas crônicas de nossa educação atual.

Diante desse viés interpretativo tornava-se difícil afirmar a existência de um corpo teórico e metodológico característicos de uma pedagogia nacional. Poder-se-ia, então, afirmar a emergência de uma *pedagogia brasileira*? Em caso afirmativo, a partir de que momento e em que ambiente teria ela se fundado?

De fato, é possível aceitar que tenha ocorrido em nosso processo cultural uma boa dose de impregnação de elementos externos – como aliás em qualquer formação social que não se encontre isolada. Todavia, quando se generaliza tal tipo de afirmação, corre-se o risco de perder a especificidade de movimentos interessantes que ocorrem no interior da cultura, perceptíveis somente a partir de um refinamento do olhar. Se nos prendermos menos aos discursos *instituídos* e observarmos mais as práticas *instituintes*¹ talvez possamos redimensionar análises que reduzem o processo educacional brasileiro

¹ A expressão foi utilizada por Cornelius Castoriadis.

a mera sucessão de imitações malogradas – atribuindo apenas ao século XX e XXI qualquer possibilidade de formulação teórica e prática original².

Estudos recentes no campo da História da Educação, ao explorarem novos objetos e novas abordagens teórico-metodológicas – ou, mesmo, novas abordagens de velhos objetos (Nunes e Carvalho, 1992) – têm proporcionado contribuição relevante à historiografia do século XIX. Fontes até então inéditas, ou pouco exploradas, permitiram perceber movimentos interessantes que as abordagens tradicionais deixaram escapar. É o caso, por exemplo, da linha de pesquisa que atualmente toma como objeto a produção e circulação de impressos pedagógicos – jornais, livros didáticos, folhetos, cartazes etc. – que analisa com mais consistência os embates cotidianos no interior do movimento de constituição de uma pedagogia nacional do que o tradicional estudo de leis, reformas e séries de documentos oficiais permitiram até então.

A partir das novas abordagens metodológicas nos estudos de História da Educação o século XIX emergiu como um período privilegiado para a compreensão dos processos de constituição de uma pedagogia brasileira, entre as décadas de 60, 70 e 80. Vários indícios apontam para o início da constituição das bases dessa pedagogia autóctone e, nesse processo, destacamos a importância da formação de um mercado editorial, embora restrito, muito significativo, voltado para a produção de livros didáticos.

Esse texto pretende chamar a atenção para a relação entre o movimento editorial, a constituição do autor brasileiro de livros didáticos e o nascimento da pedagogia nacional. Focaliza a produção de uma obra, o *Tratado de Metodologia* de Felisberto de Carvalho, editado pela Francisco Alves no entrecruzamento de duas culturas. De um lado o autor, sua formação na Escola Normal e na prática cotidiana do magistério que o colocaram em posição de proferir um discurso “autorizado” sobre educação. De outro lado o editor, também ele produtor de um novo tipo de obra – os livros didáticos – entre a intuição própria e as regras do mercado, transformando textos em livros, escritores em autores, distribuindo, divulgando, construindo uma pedagogia.

Professor fluminense formado pela Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, Felisberto de Carvalho teria sido, talvez, apenas mais um nome dentre tantos que protagonizaram a instrução pública brasileira no século XIX, não fosse por um detalhe – deixou um conjunto de livros didáticos que atravessaram gerações. Dentre os

² Esse pensamento está presente, por exemplo, na obra de Fernando de Azevedo, “Cultura Brasileira” que influenciou boa parte da produção em história da educação.

vários títulos publicados evidencia-se a preponderância dos que tiveram origem na Editora Francisco Alves. Essa constatação sugere uma série de questões – como se teria construído essa relação? O que teria levado aquele editor a se interessar pelos textos do professor Felisberto? Se é verdade que todo editor bem sucedido, além de outras capacidades empresariais, é dotado de um “faro”, o que Francisco Alves teria intuído em relação a Felisberto de Carvalho que resultou no consórcio de tantos anos floreado de edições e reedições sucessivas? E, finalmente, que importância teve para a educação brasileira o encontro desses dois protagonistas no último quartel do século XIX?

Francisco Alves e Felisberto de Carvalho: protagonistas de uma nova pedagogia

A constituição das bases de uma pedagogia brasileira no século XIX relaciona-se ao movimento de substituição de um grupo de intelectuais-escritores pela de professores- autores de livros didáticos nacionais³. Não uma substituição total, evidentemente, mas uma tendência para a autonomização do campo pedagógico também identificada por Nóvoa(1991) no ambiente europeu nesse mesmo momento.

Se até então qualquer um falava sobre educação, bastando para isso ser um cidadão reconhecido na sociedade – político, funcionário da administração pública, religioso, bacharel, médico etc. – a partir do final do século esboça-se a tendência para circunscrever tal diversidade. Em relação ao campo pedagógico começa-se a dar mais importância ao lugar de onde se fala, ou seja, que instituição autoriza tal discurso?. Ainda não se trata da valorização do especialista, que ocorrerá no século seguinte, mas da delimitação de fronteiras sobre o que pode ser dito e sobre quem está autorizado a falar determinado assunto. Nesse cenário algumas instituições vão conferir maior credibilidade sobre determinados temas como, por exemplo, o Colégio Pedro II na Corte ou as escolas normais da província do Rio de Janeiro e da Corte. Ser um professor-autor de livros didáticos oriundo dessas instituições significava agregar um valor simbólico às suas obras referente àquele pertencimento.

Entretanto os primeiros professores-autores brasileiros de livros didáticos não surgiram de geração espontânea. Não por acaso o aparecimento desse novo sujeito social se deu no decorrer do século XIX, mais especificamente a partir da década de 60. Esse movimento está diretamente relacionado com outro – o aparecimento de um mercado editorial específico de livros didáticos – que lhe é contemporâneo já que, como

³ Tema de pesquisa desenvolvido pelo GRUPHESP (Grupo de Pesquisa História e Educação: Saberes e Práticas) / UFF, no qual me incluo.

observou Chartier (1994), escritores não escrevem livros, eles escrevem textos, textos que só se transformarão em livros a partir da mediação do editor.

Chegamos aqui a um outro sujeito social, esquecido na história do livro didático, e na história do livro em geral - o editor⁴. É a esse último que caberá a decisão sobre o que é publicável, ou não, tendo em vista as necessidades do mercado mas também guiado por uma sensibilidade que o torna capaz de detectar as possibilidades em alguns escritores e, por vezes, potencializa-las. É esse encontro do editor com o escritor que torna possível o surgimento do autor.

Esse momento chegou para Felisberto de Carvalho em 1887 quando sua trajetória de escritor de textos didáticos se encontra com a de Francisco Alves, editor interessado em ampliar seus negócios nesse segmento promissor do mercado editorial brasileiro.

O mercado editorial nasceu, se fortaleceu e se consolidou no Brasil no decorrer do século XIX. Se no início do século nem tínhamos oficinas gráficas por proibição expressa da metrópole, com o deslocamento da sede do reinado para a cidade do Rio de Janeiro a situação se modificou ativando a demanda por esse tipo de serviço que já em meados do século dava mostras de plena vitalidade (Hallewel, 1985)

Atentos ao mercado promissor que se desenvolvia, empresários do ramo editorial internacional decidem abrir negócios no Brasil a partir de meados do século. Logo a sensibilidade comercial de muitos desses homens vai fazer com que se interessem principalmente pela produção de livros didáticos – a carne desse comércio, como se dizia, em contraposição aos ossos, que eram as obras de literatura, sempre arriscadas ao insucesso de permanecer nas prateleiras. Num país em crescente ritmo de escolarização o risco de investir na produção dos didáticos era substancialmente menor, quase nula, se o editor fosse bem articulado politicamente e apostasse nos autores certos, ou seja, aqueles que tinham maiores chances de aprovação pelo Conselho de Instrução, órgão que vetava ou chancelava as obras didáticas para escolas do país.

O encontro do editor Francisco Alves com o escritor de livros didáticos Felisberto de Carvalho foi uma decorrência, talvez mesmo uma dupla atração. De um lado um professor desejoso de ter suas obras publicadas por uma editora séria, que pagasse honestamente, fosse cuidadosa com a parte gráfica e ainda se responsabilizasse

⁴ Contra o ocultamento da função do editor na história do livro, e em especial do livro didático no Brasil, uma referência obrigatória é a tese de Aníbal Bragança “Eros Pedagógico. Uma história cultural do editor de livros”.

pela divulgação e distribuição dos livros no território nacional. De outro lado, um “editor-empresário” (Bragança, 2004), atento às tendências do mercado, escolhendo dentre vários escritores de livros didáticos aqueles que apresentassem maior chance de aprovação e de adoção de suas obras nas escolas. A interseção dessas duas trajetórias marcou o início de um consórcio que produziu inúmeros títulos, reeditou outros tantos até meados do século XX, avançando, portanto, para além da existência dos dois protagonistas.

Não é objetivo desse texto dissertar sobre a figura ímpar de Francisco Alves. Trabalhos bastante aprofundados já o fizeram com grande propriedade. Entretanto, importante para nossa análise foi resgatar a visão de Bragança (2004) sobre o “Eros pedagógico” desse editor de ousado tino empresarial, correto no cumprimento dos contratos, dono de refinada sensibilidade para identificar e apostar em valores novos, enfim, sua importância para o mercado editorial e indiscutível vanguarda na produção e divulgação de livros didáticos de autores brasileiros.

Francisco Alves de Oliveira nasceu em Portugal na região do Minho. Chegou ao Brasil em 1863, com 14 anos, chamado para trabalhar na livraria de um tio, Nicolau Alves. Após alguns anos estabeleceu-se por conta própria e decidiu retornar a Portugal. Em 1876 Nicolau ofereceu-lhe a sociedade na Livraria Clássica, quando então retornou definitivamente, naturalizando-se brasileiro. Daí em diante seus negócios prosperaram, expandindo-se para São Paulo, Belo Horizonte, além de credenciar livrarias-papelarias como depositárias em várias cidades do país. Segundo Bragança (2004,108) foi certamente o primeiro editor brasileiro a incorporar a seus negócios livrarias na França e Portugal (Aillaud de Paris, Bertrand de Lisboa e “A Editora”, que sucedeu a David Corazzi em Portugal), estabelecendo sociedades importantes.

Alves atuou também como editor literário mas foi com os livros escolares que “lançou as bases modernas da edição escolar no Brasil e chegou a ser conhecido como ‘Rei do Livro’...”. (Bragança 2004,103). Contrariamente ao que era habitual entre os editores de seu tempo “estabelecia contratos de edição, em que o interesse dos autores era respeitado, reconhecia-lhes o valor de seu trabalho, remunerando-os dignamente (...) além de cumprir de forma irrepreensível e pontual seus compromissos”. Acrescenta, ainda, Bragança que “Sua importância em nossa história editorial faz dele o paradigma do livreiro editor em nosso país”.

O que foi dito acima nos dá a dimensão da importância desse editor para a formação do autor brasileiro de livros didáticos nas últimas décadas do século XIX.

Publicar pela editora de Francisco Alves além de outras vantagens permitia ao escritor exercer sua função de autor, extraindo ganho certo estipulado em contrato. Muitos devem ter sonhado com tal possibilidade mas apenas um grupo bastante seletivo chegou a desfrutar dessa oportunidade. Pois uma outra característica apontada por biógrafos desse editor foi o seu tino comercial, seu faro para identificar o que venderia. Não jogava para perder.

Quando Francisco Alves se interessou pelos textos de Felisberto este já publicara alguns títulos com duas editoras da época. O que chama a atenção no encontro dessas duas personagens é o ineditismo da primeira obra contratada – um *Tratado de Methodologia*. O fato sugere que o autor apoiado, ou até estimulado pelo editor, arriscara-se num estilo novo tendo como respaldo suas experiências e observações na prática do magistério. Ao mesmo tempo, correr o risco com uma de temática pouco comum, destinada a um público reduzido, evidencia uma sensibilidade do editor para o novo momento que atravessava a pedagogia no Brasil. Permanece, então a questão: o que aquele editor viu de original no *Tratado de Methodologia* do prof. Felisberto? Por que resolveu correr o risco de sua edição? O que pretendia com aquela obra?

O *Tratado de Methodologia* - um novo momento da pedagogia no Brasil

Só recentemente a história da educação vem dando atenção ao livro didático como objeto cultural inserido numa temporalidade e numa espacialidade suscetíveis de serem analisadas no ambiente acadêmico. Os primeiros estudos sobre o livro originaram-se da sociologia do currículo em fins da década de 70, e 80, interessada sobretudo em identifica-lo como instrumento de dominação ideológica. Nos anos 90 o interesse transbordou para os domínios da história da educação mas ainda como um objeto periférico, situado no âmbito da história social. A partir das trocas da história da educação com o campo da história cultural abriu-se um novo horizonte de possibilidades. A nova historiografia educacional desprende-se da antiga história das idéias pedagógicas e passou a enfatizar as práticas educacionais.

Esse novo ambiente de pesquisa conferiu credibilidade a temas da história da educação num campo que já vinha conquistando a confirmação da comunidade científica- a nova história cultural. Esse foi o caso da história das disciplinas escolares – seus suportes teóricos e sua materialidade. Tradicionalmente uma área em que só transitavam professores interessados em descrever a trajetória de suas disciplinas (Chervel, 1996), a partir da chancela da dimensão cultural ganha visibilidade

estimulando intercâmbios entre grupos de pesquisadores. Nessa nova perspectiva evidencia-se o caráter criativo do sistema escolar, ou seja, a escola deixa de ser vista como uma instituição passiva “receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade” e passa a ser identificada por um duplo papel: forma não somente indivíduos mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global.

Dentro desse novo contexto o interesse pelos livros didáticos ganhou consistência pois ao invés de vê-los como vulgarizadores ao nível escolar de conteúdos nascidos nas ciências de origem, ou como meros reprodutores da cultura dominante, passou-se a percebê-los também como instrumentos de criação de uma cultura que penetra, molda, modifica gerações.

Foi a partir de tais contribuições que se pretendeu analisar a publicação do *Tratado* de Felisberto de Carvalho, ou seja, procurando relacionar a obra ao ambiente cultural em que se encontrava imerso o seu autor, às problemáticas candentes no campo educacional que perpassaram as opções propostas na mesma e, finalmente, às condições de sua publicação em fins do século XIX.

Um autor em formação

Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho formou-se professor em 1870. Integrou uma geração de normalistas que vivenciou mudanças profundas tanto na forma quanto no conteúdo e finalidades do curso de formação de professores no século XIX. O fato de “pertencer” à geração de 70 não deve ser desprezado na análise do perfil desse estudante, futuro professor de destaque na cena educacional de sua época e autor de inúmeros livros didáticos. Adorno (1988) ao estudar as várias gerações que passaram pela Academia de Direito de São Paulo, chamou a atenção para a força desse pertencimento, que não se estabelece apenas no interior da instituição mas extrapola seus muros e se realiza igualmente nos espaços de convivência e/ou disputas, criados no seu entorno. Da mesma forma, estudos sobre a Escola Normal de Niterói (Villela, 2002 e 1990) identificam momentos distintos em sua trajetória e apontam para a geração da década de 1870 como protagonista de uma nova pedagogia e, conseqüentemente, de uma nova concepção da formação do profissional capaz de realizá-la.

A Escola Normal da Província fluminense foi criada em 1835, ainda no período regencial. Ao final de uma década de existência formando professores para a região passou por momentos difíceis que resultaram na sua extinção. A ausência de formação

teórica do professorado era constantemente denunciada por parlamentares que a identificavam como causa para o deplorável estado da instrução na província. Finalmente, no início da década de 1860 a instituição foi recriada, já então numa outra conjuntura. Em 1868, assumiu a direção da Escola Normal José Carlos de Alambary Luz e, na mesma ocasião, Marciano da Silva Pontes, professor de Pedagogia. Estes indivíduos protagonizaram um momento de grandes transformações evidenciado pela adoção de novos métodos, manuais, nova concepção da organização espacial e administrativa da escola, nova forma de enxergar o aluno.

A geração de normalistas fluminenses da década de 70 atravessou sensível transição de um modelo de formação que até então se estabelecera em bases artesanais para um modelo profissional que atendia às novas solicitações impostas pelas mudanças que atravessava a sociedade brasileira naquele período. Vários fatores contribuíram para essa transformação, como veremos a seguir.

A primeira experiência de formação de professores na província, marcada pelo modelo artesanal, erigiu-se sob a égide do movimento caracterizado por Bosi (1988) como “primeiro liberalismo”. Desenvolveu-se com as contradições inerentes a transição porque passou a sociedade durante o regresso conservador em que os dirigentes oscilavam entre as crenças iluministas no potencial civilizador da instrução e o reduzido empenho em destinar meios materiais necessários para realiza-la.

Entretanto, o país mudou no decorrer de algumas décadas. Se a primeira metade do século XIX não foi favorável à consolidação da formação dos professores nas poucas escolas normais que se criaram pelo país, a segunda metade do século assistiria um reflorescimento dessas instituições. O Brasil da segunda metade do XIX atravessou profundas transformações estruturais. Com a proibição legal do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queirós) capitais anteriormente investidos no lucrativo comércio redirecionaram-se a outros setores como, por exemplo, construção de estradas de ferro, navegação a vapor, cabos telegráficos, iluminação pública – mudanças que formaram novos hábitos na população, estimularam uma variedade de serviços e, conseqüentemente, ampliaram a demanda por instrução. Esta passa a ser cada vez mais valorizada pela “elite ilustrada” (Barros, 1959) para quem a defesa da educação do povo torna-se questão eleitoral, moral e de preparação de mão-de-obra capaz de substituir com vantagens o trabalho servil.

O enfraquecimento das bases de poder dos conservadores e da própria monarquia, o conseqüente avanço da "montante liberal", o movimento abolicionista, a

necessidade da substituição do braço escravo na lavoura, as novas técnicas de produção, o imigrantismo – foram temas que polarizaram discussões e forçaram partidarismos, numa interseção direta com as questões educacionais.

A iminência da Abolição, já pressentida sobretudo a partir da Lei do Ventre Livre colocava a questão da integração dos ex-escravos à sociedade. Mas não só o destino dos libertos era o foco das discussões. Outra questão incitava preocupações de educadores, políticos e jornalistas – a reforma eleitoral que previa o voto do alfabetizado. Vários segmentos sociais se manifestaram sobre a necessidade do exercício de uma cidadania esclarecida – ou bem conduzida - trazendo para a ordem do dia problemas relativos à esfera educacional. Assim, por exemplo, argumentava o diretor da Escola Normal, o bacharel Alambary Luz – também jornalista e inspetor de ensino da Corte - no editorial do primeiro número do Jornal "A Instrução Pública":

Um povo sem instrução chamado para nomear seus mandatários ou escolhe a quem lisonjeie as suas paixões grosseiras, ou curva-se às argúcias despóticas de seus pretensos mentores.

As urnas populares nas mãos da ignorância transformam-se em verdadeiras bocetas de Pandora, quando deviam ser os sagrados instrumentos da felicidade nacional. (Jornal "A Instrução Pública" nº 1, 13 de abril de 1872. Apresentação: por Alambary Luz.)

Alambary, como muitos intelectuais e políticos de sua época, assustado com as conquistas populares, acreditava que a falta da instrução poderia desdobrar-se em equívocos nas urnas. Como boa parte dos educadores adotou uma postura pedagógica que tentava articular um discurso liberal modernizador a práticas de ordenamento de caráter conservador. Ao analisar suas iniciativas durante a gestão da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro (entre 1868-1876) foi possível perceber as linhas mestras do projeto liberal modernizador do qual compartilhava.

A escola normal da Província fluminense, sob a direção de José Carlos de Alambary Luz, atravessou um período de reformas curriculares e metodológicas tanto na teoria quanto na prática dos futuros professores. A rejeição aos castigos corporais como recurso disciplinar, a introdução do método de "lição de coisas", novidade que viria modificar fundamentalmente o *fazer* dentro da sala de aula, trazendo a necessidade de novos materiais didáticos, a prática pedagógica das alunas e alunos-mestres nas

escolas anexas, a nova organização espaço-temporal da dinâmica escolar, foram algumas conseqüências diretas dessa nova representação da formação docente.

A perspectiva de difusão da instrução na ótica de Alambary pressupunha o uso de inovações pedagógicas que passaram a ser muito valorizadas. Vindos não só da Europa mas principalmente naquele momento dos EUA, os novos métodos e materiais didáticos despontavam no circuito das exposições internacionais (Kuhlmann Júnior, 1996) e conferências pedagógicas. O modelo de escolas protestantes americanas (Barbanti, 1977) difundia-se no eixo Rio-São Paulo e novidades metodológicas como o método intuitivo, ou "lições de coisas", começavam a ser adotadas por colégios de educadores famosos como os de Abílio Cezar Borges, Menezes Vieira, Rangel Pestana, Mr. Kopke, dentre outros. O interesse pelas questões educacionais era tão evidente que estas conquistaram até mesmo espaço privilegiado na imprensa da época. Jornais de grande circulação passaram a divulgar notícias relativas à experiências pedagógicas e um estilo inédito ganhou destaque – os relatórios de visitantes de escolas e sistemas educativos estrangeiros - como os do francês Hippeau (Bastos, 2002) que se tornavam referência para propostas de reformas em países da Europa e América.

Foi esse clima de euforia pedagógica que Felisberto de Carvalho vivenciou no decorrer dos seus anos de estudo. Quando Alambary Luz assumiu a direção da Escola Normal, em 1868, objetivava transformá-la numa instituição “modelo” (era sua a expressão) de formação de professores no país. Para efetivar o projeto, empenhou-se junto à Diretoria da Instrução em obter para a Escola tudo que julgava necessário ao funcionamento de um instituto pedagógico moderno. Ao final de seu mandato de oito anos, além das mudanças arquitetônicas, programáticas, a introdução de disciplinas novas como a ginástica, deixou a Escola equipada com extensa lista de instrumentos pedagógicos e uma biblioteca montada. Reformou, também, as escolas anexas, masculina e feminina, onde se realizavam as aulas práticas, imprimindo uma nova organização administrativa e pedagógica, afinada com os preceitos da época.⁵

Felisberto de Carvalho se construiu professor nesses anos de renovação pedagógica. No “ambiente” em que circulou na Escola Normal de Niterói, vivenciou uma série de experiências inovadoras que certamente imprimiram traços fortes em sua formação de professor, como também de leitor e de escritor. Pode-se dizer que foi um normalista “modelo” naquela instituição que se pretendia modelar. Suas provas, ainda

⁵ Sobre esse período na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro consultar Villela, 2002.

guardadas no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, atestam no aluno em formação o futuro professor e escritor que viria a se tornar.⁶

Tornando-se um escritor

Felisberto formou-se professor-normalista em 1870 sendo imediatamente contratado para reger a recém- inaugurada escola masculina anexa à Escola Normal, onde aconteceriam as aulas práticas dos alunos-mestres (Villela, 2003) Entretanto, como da teoria à prática nem sempre o caminho é o esperado, eis que vemos o nosso recém-formando iniciando com problemas, socorrido algumas vezes pelo professor de pedagogia, admoestrado outras tantas. Diante dessas dificuldades o mesmo aluno que um ano antes respondia magistralmente as questões das provas, dava início a um processo de reflexão sobre sua prática, com certeza o passo inicial para a elaboração de um material próprio, e apropriado, ao ensino dos alunos de carne-e-osso que tinha diante de si, sobretudo alunos-mestres que o tomavam como paradigma. Talvez esta contingência de sua carreira – expor-se ao olhar crítico – tenha sido um fator propulsor de sua extensa produção de obras didáticas em tão curto tempo de vida (morreu em 1898, com 48 anos).

No campo editorial vemos o novo professor ensaiando suas primeiras tentativas de publicação quando, em 1872 escreveu um artigo no jornal “A Instrucção Publica”⁷ cujo título era “A Árvore Gramatical”. Nele divulgava um método que inventara para ensinar Gramática, com facilidade e rapidez aos alunos. De acordo com a nova metodologia que aprendera em teoria na Escola Normal este ensino não deveria apelar para as classificações complexas, deveria se basear mais na compreensão que na memorização e, sobretudo, não deveria aborrecer o espírito infantil – recém identificado pela nascente ciência psicológica. Na prática, entretanto, como fazer com que os alunos assimilassem os conteúdos que lhes seriam cobrados?

Desde logo Felisberto concluiu que o uso do método intuitivo em nossas salas de aula tinha seu limite bem aquém dos radicalismos em moda (como, por exemplo, a postura de rejeição ao uso de livros em favor de material concreto). Para o ensino da gramática inventou um esquema mnemônico que consistia no desenho de uma árvore com seus galhos, ramos e folhas que seriam as classes gramaticais e suas subdivisões. Foi o primeiro passo para a composição de outros textos, como os livros de leitura, com

⁶ Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Fundo PP.

⁷ Jornal “A Instrucção Publica”, Ano I, n. 26 de 6 de outubro de 1872. Biblioteca Nacional/Obras raras.

forte apelo a visualização. Pouco lhe importava que o método intuitivo preconizasse o uso de material concreto e nenhum apelo à memorização. Isso poderia valer num país com recursos para museus escolares e escolas organizadas em classes seriadas por idade ou adiantamento. Aqui a realidade era bem diferente, escolas que não tinham mais que uma mesa para o mestre e toscos bancos para os alunos. Como garantir a atenção e a aprendizagem de crianças de várias idades e diferentes adiantamentos, aglomerados numa sala, como era a regra? O professor respondeu com seus livros. Livros, muitos livros, este seria o caminho para formação, não apenas intelectual mas sobretudo moral. Adaptou o método intuitivo à realidade brasileira criando um outro método que denominou “processo intuitivo-figurativo” (Cabrini, 1994, 34). Diante da escassez de material didático apropriado seria possível aproximar a realidade pela utilização do desenho.

Felisberto tornou-se precursor, no Brasil, dos livros didáticos fartamente ilustrados, novidade na época mesmo nos países da Europa e nos Estados Unidos. O sucesso de muitos desses livros foi tão grande que garantiu reedições sucessivas por quase um século. Cabrini ao pesquisar os livros de leitura escritos por esse professor registrou a força da recepção que tiveram pelo Brasil a fora marcando gerações de leitores a ponto de serem mencionados em poesia, como as de Patativa do Assaré.

O autor, o editor e a obra

Quando o editor Francisco Alves se interessou pela produção do professor Felisberto de Carvalho este já não era um novato. Publicara “Selecta de Autores Modernos”, pela Serafim Alves, provavelmente sua única obra com essa editora (Cabrini, 1994, 57). Segundo Hallewel (1983, 132) ele foi o principal autor de livros didáticos da B.L.Garnier. Mas foi com a Francisco Alves que publicou o maior número de livros (cerca de 15) e por mais longo período de tempo. De acordo com dados coletados por Cabrini (1994, 60), a primeira obra editada por essa Casa data do ano de 1888 e a última de 1912, sendo que seus livros de leitura tiveram publicações sucessivas até 1959

Os livros didáticos na época eram submetidos à aprovação do Conselho de Instrução Pública, sem a qual não poderiam ser adotados nas escolas. Em geral os escritores arcavam com os custos da edição ou dividiam-nos com a editora interessada, correndo o risco do prejuízo caso a obra não fosse aprovada (Bittencourt, 1993). Com

relação a Felisberto de Carvalho as pesquisas⁸ indicam que não financiou a publicação de seus livros e que também não teve maiores dificuldades em publicá-los. A sua trajetória profissional – dez anos na direção da escola primária anexa à Escola Normal, diretor interino da escola Normal, membro do Conselho de Instrução, vice-diretor do Pedagogium – dava-lhe garantias ao discurso.

Bittencourt (1993) relacionou a inserção de Felisberto nas maiores empresas editoriais do período ao fato de seus livros atenderem às necessidades da elite intelectual dirigente e Cabrini (1994) ressaltou a circunstância de ter ele próprio pertencido a essa elite. De fato não podemos desprezar a rede de solidariedades que soube conquistar, chegando a alcançar cargos importantes, ele que era filho de um simples professor primário. Entretanto, outros em sua época pertencentes ao mesmo grupo, também escritores de livros didáticos, não conseguiram se tornar autores consagrados. Por que não houve o mesmo interesse por parte dos editores? Essa questão nos leva a relativizar tanto o aspecto da submissão às necessidades da elite quanto o questionável pertencimento do autor à elite e a tentar buscar na relação da obra com o seu contexto histórico uma explicação para tanto sucesso.

Com certeza não foi por acaso a atração de Francisco Alves pelas obras de Felisberto de Carvalho. Em 1887-8, num momento de vertiginosa ascensão da editora, o editor resolve publicar dois de seus livros e em seguida comprar os direitos sobre parte das obras que tinham sido publicadas pela B.L.Garnier. Daí em diante sairão inúmeros títulos, até o ano de 1959 (Cabrini, 1994, 60)

É interessante notar que o primeiro livro a ser contratado foi o “Tratado de Methodologia”. Numa época de tantas mudanças pedagógicas fazia sentido publicar um manual que orientasse os professores para o uso dos novos métodos e materiais de ensino. A maior novidade do texto de Felisberto é, sem dúvida, o respeito à autoria das idéias de que se utiliza para compor sua obra. Até o momento, no campo da pedagogia, eram comuns apropriações sem cerimônia de textos que perdiam a referência tornando-se uma colagem de vários autores. Felisberto inaugura uma tendência que só iria se fortalecer no século XX nesse campo, ou seja, o compromisso com o discurso científico, datado e referenciado.

Utilizou-se de vários autores para fazer suas afirmações e considerações mas não abriu mão de uma síntese original – e nacional. Diferentemente da maioria dos seus

⁸ Bittencourt, 1993; Cabrini, 1994. E ainda dados cedidos pelo LIHED/UFF sobre os contratos de Felisberto de Carvalho com o editor Francisco Alves.

contemporâneos não se utilizou apenas da autoridade dos nomes estrangeiros mas incorporou também autores nacionais. Dentre os estrangeiros citados estão Mr. Mariotti, A. Bain, Mme. Pape Carpentier, Mrs. Charles Robert, Taupier e Anquetil, Mr Braun, Mr Acchille, autores de obras pedagógicas com notoriedade na época. Mas utiliza sobretudo autores brasileiros como C. Fonseca (Manual do Agricultor), Dr Lacerda Werneck (Fundação e custeio de uma fazenda), Dr. Caminhoá (Tratado de Botânica), Macedo Pinto (Tratado do Veterinário), Bráulio Cordeiro (O amigo do lavrador. Guia do jardineiro), B. de Paranapiacaba (Fábulas de La Fontaine), E. Goeld (Monographias Brasileiras); Dr Moreira Pinto (Chorographia do Brasil), Dr. J. M. de Macedo (História do Brasil, Ensino de Leitura Expressiva) e A. M. da Silva Pontes (Compêndio de Pedagogia).

Religando indícios: à guisa de conclusão

A Análise do Tratado de Methodologia nos coloca diante da presença de uma obra que já não é mais uma mera tradução, cópia, ou recorte e colagem de obras estrangeiras, como se fazia até então. Nota-se, com Felisberto de Carvalho, o momento da busca de uma pedagogia com identidade nacional. Isso transparece nos exemplos utilizados, na preocupação em remeter sempre o leitor, futuro professor, a situações concretas vividas nas escolas brasileiras, com alunos brasileiros.

Uma outra característica que permeia o Tratado é a solução encontrada pelo autor para conjugar a sua sólida formação religiosa com o avanço das ciências naturais – a grande questão do século XIX. Felisberto não abre mão do discurso científico mas, por outro lado, difunde uma forte presença moralista em toda a obra, incluindo aí os livros de leitura. Esta particularidade pode ser interpretada como uma aderência ao pensamento da elite católica conservadora. Entretanto, pode também ser entendida como característica de um segmento profissional – a classe do magistério - do qual Felisberto fez parte desde o nascimento até sua descedência..

Finalmente, o que esse tratado pedagógico deixa mais evidente é a postura liberal modernizadora do autor, consolidada desde a formação no ambiente da escola Normal de Niterói, em sua prática como professor da escola anexa, como diretor interino da mesma Escola em que estudou, chegando a vice-diretor do Pedagogium, instituição de difusão da moderna pedagogia criada na República.

A percepção de estar diante de um novo momento da pedagogia, traduzido em propostas concretas no *Tratado de Methodologia* muito provavelmente não escapou ao editor Francisco Alves, razão pela qual apostou no sucesso de um livro sobre esse tema.

Infelizmente até o momento pouco ainda se sabe sobre a recepção dessa obra. Se a história do livro no Brasil acaba de dar seus primeiros passos, a história do livro didático apenas engatinha e quase tudo ainda está por fazer, a começar pela recuperação dos arquivos de editoras, muitos deles já irremediavelmente desfalcados. No caso da Editora Francisco Alves, seus contratos se encontram atualmente no LIHED/UFF aguardando disponibilidade de condições físicas para poderem ser consultados por pesquisadores. Pelos dados gentilmente cedidos por seu coordenador, o professor Aníbal Bragança, podemos inferir que o *Tratado de Methodologia* teve uma boa aceitação levando-se em conta o tipo de obra específica que representava. A primeira edição foi de 1888 e nas bases do contrato⁹ consta uma tiragem de 2000 exemplares, sendo de 2\$000 (dois mil réis) o preço de capa. Em 1896, Francisco Alves comprou a Felisberto por 2000\$000 (dois contos de réis) os direitos definitivos sobre a obra. É provável que nesse momento editor e autor tenham acertado modificações no livro pois de acordo com o novo contrato¹⁰ o autor receberia no ato da assinatura 1000\$000 e o restante quando entregasse os manuscritos. A terceira edição é bem posterior à morte do Professor Felisberto, data de 1909 e foi revista “por um professor”. Seria seu filho, Epaminondas de Carvalho, com quem escreveu algumas obras em colaboração.

Como não foi possível localizar as duas primeiras edições não se sabe exatamente o que foi modificado na terceira. Entretanto, há indícios de que houve intenção de manter o livro em sua essência - o prefácio redigido pelo próprio Felisberto para a primeira edição permaneceu inalterado e percebe-se também no texto e notas explicativas características discursivas presentes em outros livros e artigos do autor.

Voltando às questões propostas no início desse texto sobre a emergência, ou não, de uma pedagogia brasileira, em que momento e em que ambiente, encontramos possíveis respostas ao analisar o movimento editorial no Brasil e o surgimento desses dois atores sociais – o editor e o autor de livros didáticos nacionais. No caso aqui apresentado, entendemos como de fundamental importância a parceria entre Francisco Alves, o Rei do Livro e Felisberto de Carvalho, o reconhecido professor lembrado em

⁹ “Escriptura particular a 8 de outubro de 1887. Edição de 2000 exemplares- Despesas feitas pelos editores...” Fonte: LIHED/UFF.

¹⁰ “Escriptura a 17 de Novembro de 1896 – Tabela Brito. Livro especial – 33, fs 51 vs –Venda da plena propriedade ...” Fonte: LIHED/UFF.

prosa e verso pelos seus numerosos livros – ambos co-autores de uma nova pedagogia à brasileira que se construía no final do século XIX.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O Bacharelismo liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- BARBANTI, Maria. Lucia Hilsdorf . *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Dissertação de Mestrado, FEUSP, São Paulo, 1977
- BARROS, R.S.M. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1959.
- BITTENCOURT, C. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*, Tese de doutorado, USP, 1993.
- BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: *A Dialética da colonização*. 3ª. edição– São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRAGANÇA, Aníbal. *Eros Pedagógico: uma história cultural do editor de livros*. Tese de doutorado. USP, 2004.
- CABRINI, Conceição Aparecida .*Memórias do Livro Didático .Os Livros de Leitura de Felisberto Rodrigues de Carvalho*. USP, dissertação de Mestrado, 1994.
- CARVALHO, Felisberto de *Tratado de Methodologia*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1909.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, 2, 1990. p.177.
- KUHLMANN JÚNIOR. M. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais, 1862 - 1922*. São Paulo: USP/FFLCH, 1996. Tese de doutorado.
- NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação* n° 4, Porto alegre: Pannonica, 1991, pp.109-119.
- NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta. História da educação brasileira : novas abordagens de velhos objetos. *Teoria e Educação*, 6, 1992.
- VILLELA, H. *A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. Dissertação de mestrado, UFF, 1990
- _____. *Da Palmatória à lanterna Mágica: A Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-76)*. Tese de doutorado. FE/USP, 2002.